



Agricultura e Desenvolvimento Económico no Perímetro de Rega do Mira (Sudoeste Alentejano)

A área do Perímetro de Rega do Mira é, porventura, um dos territórios em Portugal com maior potencial agrícola. Contudo, os instrumentos de gestão territorial atualmente existentes não permitem explorar de forma consistente esse potencial. A Lusomorango – mais concretamente os 42 produtores de pequenos frutos que agrega – tem sido um importante fator de desenvolvimento do território. Mas a Lusomorango – e os produtores que representa – está empenhada no diálogo institucional tendo em vista potenciar o melhor e mais eficaz uso dos recursos existentes, norteadas por princípios inquestionáveis de sustentabilidade ambiental. É a procura adequada do equilíbrio entre todos os valores em causa – ambientais, económicos e humanos – que nos move na procura de soluções para o desenvolvimento da agricultura. Nos últimos anos a Lusomorango envolveu-se activamente em dois grupos de trabalho, tendo apresentado propostas concretas em dois domínios estruturais: Trabalho e Ambiente. Acreditamos que o diálogo institucional é a via para o desenvolvimento, mas a multiplicidade de entidades envolvidas neste diálogo, por um lado, e algum imobilismo de algumas dessas entidades em solucionar questões prementes, por outro, têm causado, senão um retrocesso, pelo menos um travão quanto às respostas que o setor merece e que, estamos certos, o território precisa.

A situação de escassez de mão de obra disponível para trabalhar na agricultura, levou a que as empresas se vissem na contingência de recorrer a trabalhadores estrangeiros. No universo das empresas da Lusomorango, trabalham cerca de 2.200 pessoas, de mais de 30 nacionalidades. Estamos gratos a estes trabalhadores, pois sem eles os projetos agrícolas estariam condenados ao fracasso. São estes trabalhadores que contribuem, no quotidiano, para transformar este setor num campeão das exportações. Dos 205 milhões de euros que o sector dos pequenos frutos exportou em 2018, que já representa 30% do valor da exportação das frutas nacionais (689 M€), 26% teve a sua origem na Lusomorango: Amoras, Framboesas, Mirtilos e Morangos respondem por um volume de negócios de 54 M€, sendo que 99% do qual é destinado aos mercados externos. Mas estes trabalhadores merecem mais. Merecem, desde logo, condições mais dignas para as suas vidas e para as suas famílias. Portugal tem a obrigação de tratar melhor estes trabalhadores. As empresas da Lusomorango, conscientes das suas responsabilidades, já apresentaram soluções de alojamento que, invariavelmente, esbarram em burocracias labirínticas. As empresas estão muito mais avançadas na sua disponibilidade para integrar estes trabalhadores migrantes do que as entidades públicas, que não têm resposta, mas que também não aceitam as soluções propostas. É com pena que o dizemos, mas é a mais pura



das verdades. Por outro lado, em termos ambientais, a Lusomorango tem sido pioneira na prática de soluções que permitem mitigar os efeitos ambientais das explorações atualmente existentes, mas também de respostas equilibradas para expansões futuras da área agricultável. O país precisa da agricultura, do desenvolvimento económico que esta induz, do emprego que cria, da inovação que gera e que, inclusivamente, tem permitido ser um garante da preservação da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas. É a agricultura que permite fixar populações e desenvolver o território. Somos também, para além disso tudo, um travão aos incêndios, ao abandono e à desertificação.

Não convivemos bem com respostas simples e, muito menos, com respostas simplistas. Compete ao poder político contribuir para que se possam encontrar soluções. As empresas querem ser parte da solução, e querem contribuir para resolver um problema que existe, e que continuará a existir, se a inação e o imobilismo do conforto de não-decidir continuar a predominar.

É preciso um decisor capaz de olhar para o território de forma estratégica e de funcionar como um efetivo impulsionador de um diálogo que seja consequente. A Lusomorango quer o melhor para o território onde desenvolve a sua atividade, segura de que com as medidas adequadas todos, mas todos, ficam a ganhar.

A pedido da Lusomorango, a Universidade Católica Portuguesa está a concluir um estudo sobre o impacto do crescimento da hortofruticultura na economia de Odemira. De acordo com resultados preliminares, a hortofruticultura, com vendas estimadas em 211 milhões de euros em 2017, foi responsável pela maior parte das exportações do concelho e contribuiu direta e indiretamente com 101 milhões de euros para PIB de Odemira, a preços de 2015, sendo a principal fonte do crescimento verificado nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a hortofruticultura deu ainda uma importante contribuição para a valorização da propriedade agrícola e urbana no concelho de Odemira.

Muito gostaríamos de o poder apresentar, bem como de apresentar outras medidas concretas, já consolidadas, para, dignificando os trabalhadores e salvaguardando o ambiente, libertar o potencial económico de um – terminamos como começámos – dos territórios em Portugal com maior potencial agrícola.

Com os melhores cumprimentos,

Conselho de Administração